

Bruxelas, 24 de setembro de 2021  
(OR. en)

---

---

Dossiê interinstitucional:  
2016/0107(COD)

---

---

11832/21  
ADD 1 REV 2

CODEC 1216  
DRS 44  
COMPET 632  
ECOFIN 843  
FISC 143

#### NOTA PONTO "I/A"

de:	Secretariado-Geral do Conselho
para:	Comité de Representantes Permanentes/Conselho
Assunto:	Projeto de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2013/34/UE no que respeita à divulgação de informações relativas ao imposto sobre o rendimento por determinadas empresas e sucursais ( <b>primeira leitura</b> ) – Adoção da posição do Conselho em primeira leitura e da nota justificativa do Conselho = Declarações

#### Declaração da Croácia

A Croácia apoia totalmente a transparência fiscal. No entanto, a Croácia é de opinião que o artigo 115.º do TFUE constituiria uma base jurídica mais adequada do que o artigo 50.º, n.º 1 do TFUE. A Croácia considera que a diretiva que altera a Diretiva 2013/34/UE no que respeita à divulgação de informações relativas ao imposto sobre o rendimento deverá basear-se no artigo 115.º do TFUE, uma vez que tanto a finalidade como o conteúdo da proposta dizem respeito a "disposições fiscais", e, por conseguinte, entende que a proposta deveria ter sido debatida no Conselho ECOFIN, tomando devidamente em conta as regras processuais pertinentes.

Além disso, a Croácia considera que a diretiva de alteração acordada não deverá tornar-se um precedente para uma votação por maioria qualificada nos futuros processos de tomada de decisões em matéria fiscal.

**Declaração de Chipre, da República Checa, da Hungria, da Irlanda, do Luxemburgo,  
de Malta e da Suécia**

Não obstante o apoio geral manifestado por todos a favor da transparência fiscal e os debates construtivos facilitados pela Presidência, Chipre, a República Checa, a Hungria, a Irlanda, o Luxemburgo, Malta e a Suécia continuam a estar preocupados com a base jurídica da presente proposta de diretiva e consideram que a proposta de diretiva que altera a Diretiva 2013/34/UE no que respeita à divulgação de informações relativas ao imposto sobre o rendimento deverá basear-se no artigo 115.º do TFUE, uma vez que tanto a finalidade como o conteúdo da proposta dizem respeito a "disposições fiscais", rejeitando assim a adequação da base jurídica da proposta inicial, ou seja, o artigo 50.º, n.º 1, do TFUE.

---